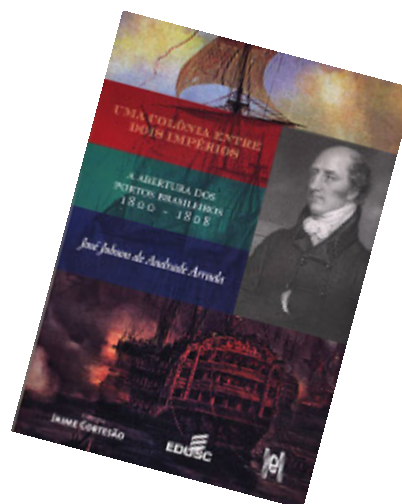


# RESENHA

## Um autor entre duas correntes



ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma Colônia entre dois Impérios: A Abertura dos Portos Brasileiros 1800 – 1808**. Bauru, SP: Edusc, 2008, 186 páginas.

Luiz Fernando Saraiva\*

Em recente trabalho sobre a Historiografia da Independência do Brasil, o historiador Jurandir Malerba chamou atenção que grande parte dos estudos sobre este período seria dominada por uma ótica que “enxerga” a nossa independência política como uma consequência mais ou menos direta do contexto da expansão do capitalismo comercial europeu. Por essa interpretação, inaugurada com Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o processo de ruptura política teria como marco a vinda da família real e a expansão do Capitalismo Industrial desejoso de novos mercados consumidores sem as restrições metropolitanas. Ainda segundo Malerba seria “(...) um equívoco teórico procurar explicar um fenômeno eminentemente político com explicações macro-estruturais de longa duração”.<sup>1</sup>

Esta vertente explicativa tiraria os principais autores deste processo, ou seja, os homens e mulheres que, dos dois lados do Oceano Atlântico, participaram da Independência e também dos impasses que atingiram, de um lado Portugal e sua maior colônia - ou, em versão mais atual, o conjunto de colônias mais importantes do Império - e, do outro, as principais potências europeias à época: Inglaterra e França. De fato, os estudos atuais sobre a Independência do Brasil se debruçam sobre novos temas e questões como a participação dos setores “populares”, as idéias e debates travados tanto na Europa como na América, o imaginário da Nação etc.

Nesse sentido, o último livro do professor José Jobson de Andrade Arruda, **Uma Colônia entre dois Impérios**, lançado na esteira das comemorações dos 200 anos da corte no Brasil (1808 - 2008) se apresenta como importante contraponto e um grande esforço de síntese histórica. Dividido em dois “movimentos” distintos, o livro analisa, de um lado, a atuação política de alguns dos principais envolvidos no processo crucial da vinda da Família Real e, de outro, o contexto das relações econômicas estabelecidas à época entre Brasil - Portugal - Inglaterra, tendo como base os dados do comércio entre eles.

---

\*Professor Adjunto de História do Brasil Império da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

O primeiro capítulo intitulado “O choque franco-britânico e a Convenção Secreta de Londres” analisa, principalmente através dos documentos emanados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (*Foreign Office*), a atuação britânica nas decisões que levaram a transmigração forçada da Família Real Portuguesa para o Brasil. Entre os personagens que tiveram papel ativo neste processo e que são destacados pelo autor, temos George Canning (1770 - 1827) secretário do *Foreign Office* no período em tela e Domingos Antônio de Souza Coutinho (1760 - 1833), ministro plenipotenciário de Portugal em Londres que assinou as decisões e tratados entre os dois países.

Resgatando o episódio do bombardeio inglês na cidade de Copenhague, em setembro de 1807 e que forçou a Dinamarca a entregar sua esquadra a este país, o autor nos mostra como a disputa entre a Inglaterra e a França tinha como “palco” diferentes porções do continente europeu. O bombardeio serviu ainda como importante elemento de pressão utilizado pela diplomacia britânica “como um cutelo a pesar sobre a Corte e os súditos portugueses” (p. 22).

A partir daí, Portugal iria assinar em outubro a *Convenção Secreta de 1807*, que determinava a transferência da sede da Monarquia Lusa para o Brasil, permitia a presença inglesa em várias partes do Império (incluindo a ilha da Madeira) e garantia ainda vantagens diplomáticas e comerciais à Inglaterra. Jobson Arruda mostra como, além desta possibilidade, a alta burocracia do *Foreign Office* previu em diversos planos a invasão do Brasil e a expansão pelo continente americano, como no Rio da Prata, onde inclusive parte da esquadra britânica já havia tentado tomar Buenos Aires em 1806 e 1807.

Cotejando fontes há muito conhecidas pela historiografia com novos documentos recentemente encontrados, o capítulo sintetiza os eventos mais importantes que levaram a decisão de D. João VI a migrar para o Brasil, relacionando-a, no entanto, ao quadro mais amplo dos conflitos entre França e Inglaterra à época.

Se o primeiro capítulo é eminentemente político, o segundo intitulado “A colônia entre dois imperialismos: do mercantilismo ao livre-cambismo” retoma análises de cunho mais econômico. Centrado em um período pouco mais amplo, que vai do final do século XVIII, até os eventos aqui tratados, entendemos que é neste ponto que a grande contribuição do livro se revela. Contrariando boa parte da visão tida como consensual da dependência de Portugal para com a Inglaterra desde o Tratado de Methuen (1702), o autor nos mostra que, ao contrário, nas últimas duas décadas do século XVIII a balança de comércio entre os dois países pendeu para Portugal que passou a acumular superávits crescentes.

Denominando esta situação de “A Inversão Portuguesa” Jobson Arruda mostra que o comércio internacional de Portugal impulsionado pela colônia atravessava significativo e ainda pouco estudado processo de industrialização. De acordo com dados compilados pelo autor, entre o período de 1796 – 1811 mais de 20% dos valores exportados para cá eram “produtos das fábricas” lusas (p. 85). Aliado a estes fatos havia também o grande interesse que a França possuía pelo comércio com o Brasil, o que se traduzia em receitas crescentes para Portugal.

Para explicar este quadro de inusitado crescimento econômico português o autor afirma que:

O fenômeno estava certamente no Brasil. Na diversificação de sua produção agrícola, alimentos e matérias-primas, que aprovizionaram a metrópole portuguesa, sustentavam o desenvolvimento de uma indústria têxtil e ainda produziam excedentes reexportáveis, sobretudo a matéria-prima mais valiosa, escassa e estratégica em tempos de Revolução Industrial: o algodão. O algodão brasileiro, produzido no Maranhão e em Pernambuco, alimentava, concomitantemente, três processos de industrialização coetâneos: inglês, francês e português. (p. 53)

Apoiado em dados tanto de sua tese de doutorado de 1972 (**O Brasil no Comércio Colonial (1796 – 1808): Contribuição ao Estudo Quantitativo da Economia Colonial**) como em novas pesquisas no campo da História Econômica, Jobson Arruda consegue neste capítulo traçar as “bases” para a compreensão entre o contexto mais amplo da expansão econômica propiciada pelo Capitalismo Industrial e as disputas políticas que irão influenciar a nossa independência. A hegemonia que a

Inglaterra teve no comércio mundial no século XIX não foi um processo determinado apenas por questões macro-estruturais e teleologicamente garantidas *a priori*. Dito de outra forma, o predomínio que os britânicos alcançaram no Brasil, bem como na economia mundial no Oitocentos foi fruto de intensas disputas incluindo aí o Brasil, onde várias outras possibilidades se defrontaram e acabaram “abortadas”.

No terceiro e último capítulo da obra “A abertura dos portos em perspectiva histórica”, o esforço do autor é o de síntese entre o político e o econômico. Demonstrando as diversas possibilidades que existiram à época de nossa independência inclusive com o interessante “surto” industrial iniciado no reinado de D. João.<sup>2</sup> Fortalecendo um debate necessário sobre a hegemonia inglesa no Brasil como resultado de uma série de eventos conectados, mas não inevitáveis, Jobson traça ainda algumas discussões sobre a figura histórica de D. João VI, o contrabando existente entre Brasil e Inglaterra antes da abertura dos portos e os “papéis” desempenhados por França e Inglaterra neste período. Mesmo sem o impacto das discussões anteriores, tais partes ajudam a demonstrar a importância e pertinência de novos estudos que equacionam as atuações pessoais dos atores à época e, ao mesmo tempo, percebem a força das transformações econômicas em curso naquele momento.

*Last, but not the least*, o livro traz ainda uma seção intitulada “Documentos Essenciais” que contém transcrições de acordos, tratados, relatos e cartas da época como a *Convenção Secreta de Londres* de 1807, o *Alvará Régio de 1808* ou ainda a *Carta do Comerciante Guilherme Warren sobre as potencialidades do mercado brasileiro para os ingleses, 02 de fevereiro de 1808*, documento já trabalhado por Carlos Gabriel Guimarães. Tais documentos podem se constituir em interessantes fontes primárias para a discussão e ensino de nossa independência para estudantes universitários e também àqueles do ensino médio – área onde o autor atuou durante muitos anos e que lhe ajudou a desenvolver o sentido de conjunto que se percebe na obra.

Conciliando a narrativa fluída com análise histórica em profundidade, o livro pode ser definido como o que os fundadores dos *Annales* chamavam de “História-problema”, onde na perspectiva proposta por Jurandir Malerba:

A crise do Antigo Regime europeu e do sistema colonial são panos-de-fundo, cenários, que estabelecem os limites de ação e as possibilidades de solução para os homens da época em suas diferentes realidades coloniais. A crise européia seria pressuposto, ponto de partida. Os processos emancipatórios precisam ser entendidos e explicados em suas nuances locais.<sup>3</sup>

## Notas

<sup>1</sup> MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre independência do Brasil (desde c.1980). University Of Oxford: Centre for Brazilian Studies, Working Paper Number CBS-45-03, 2003, p. 29.

<sup>2</sup> A este respeito cf. OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense 1808 – 1860**. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.

<sup>3</sup>. MALERBA, *op. cit.* p. 30.